

**CONGRESSO INTERNACIONAL
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS**
Formação Decolonial para as Comunidades Surdas

Organizadores:

Sheila Santos-Maia

Felipe de Oliveira Miguel

Luiz Cláudio de Oliveira Antonio

Elane Dantas oliveira

Jocelma Rodrigues dos Santos

Mariana Moreira dos Santos

Elaine Grigorio Alves

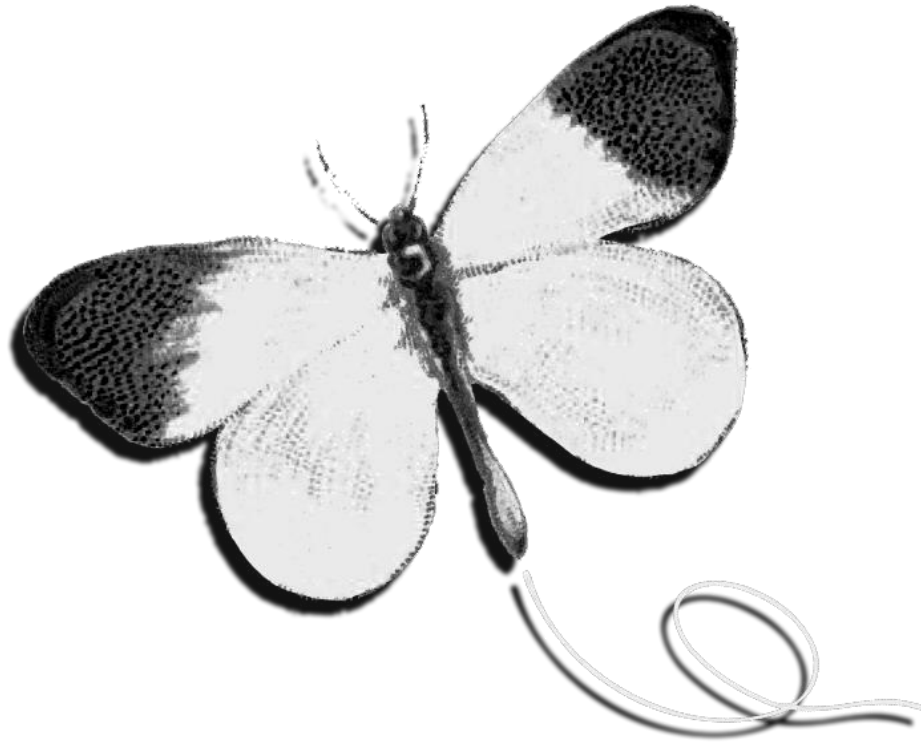
Anderson Gonçalves Fernandes



SEBSurdos

Departamento de Educação, campus I
Universidade do Estado da Bahia

**CONGRESSO INTERNACIONAL
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS**
Formação Decolonial para as Comunidades Surdas



**CADA CAPÍTULO DESTA OBRA É DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E
COAUTORES**

SEBSurdos 2023
Departamento de Educação, campus I
Universidade do Estado da Bahia

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reitora

Adriana dos Santos Marmori Lima

Vice-Reitora

Dayse Lago de Miranda

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Pró-Reitoria de Extensão

Rosane Vieira

Departamento de Educação, Campus I

Carla Liane Nascimento Santos

Colegiado de Pedagogia

Sandra Regina Magalhães de Araújo

Área de Linguagem

Braulino Pereira de Santana

Núcleo de Pesquisa e Extensão

Cláudia Sisan Silva de Santana

Projeto de Extensão Universitária SEBSurdos

Sheila Santos-Maia

CERTIFICADO DE REGISTRO DE DIREITO AUTORAL

A Câmara Brasileira do Livro certifica que a obra intelectual descrita abaixo, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).



Coordenação: Sheila Santos-Maia - UNEB

Roteiro: Felipe de Oliveira Miguel - UFRJ

Direção: Luiz Cláudio de Oliveira Antonio - INES

Diagramação: Mariana Moreira dos Santos - UNEB

Edição: Jocelma Rodrigues dos Santos - UNEB

Edição: Elane Dantas Oliveira - UNEB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Internacional [livro eletrônico] :
Seminário de Educação Bilíngue para Surdos :
formação decolonial para as comunidades surdas /
[coordenação] Sheila Santos-Maia, Felipe de
Oliveira Miguel. -- Salvador, BA : Ed. dos
Autores, 2024. -- (E-book SEBSurdos 2023)
PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-06566-3

1. Deficiência auditiva - Educação 2. Educação
bilíngue de surdos 3. Língua Brasileira de Sinais
4. Linguística 5. Surdos - Educação I. Santos-Maia,
Sheila. II. Miguel, Felipe de Oliveira. III. Série.

24-213051

CDD-419

Índices para catálogo sistemático:

1. Libras : Língua brasileira de sinais 419

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

CONGRESSO INTERNACIONAL SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Formação Decolonial para as Comunidades Surdas

Conselho Editorial

Braulino Pereira de Santana - UNEB
Diléia Aparecida Martins - UFSCAR
Elisama de Jesus Santos Cerqueira - UNEB
Felipe de Oliveira Miguel - UFRJ
Gabriela Serenini P. Santos Salgado - UFLA
Gustavo Leão de Mello Carneiro - UEFS
Jonathan Rafael Cardoso Guimarães - UFOPA
Lidinéia Alves Cerqueira Barreiros - UEFS
Luiz Cláudio de Oliveira Antonio - INES
Márcia Cruz - SME/SP
Marcos Roberto dos Santos - UEA
Murilo Rigaud - UFBA
Renata dos Santos Costa - INES
Rosecleide Ferreira Borges Rodrigues - UFBA
Sátilla Souza Ribeiro - UFRB
Vinicius Martins Flores - UFRGS
Wasley de Jesus Santos - IF Baiano
Wolney Gomes Almeida - UESC

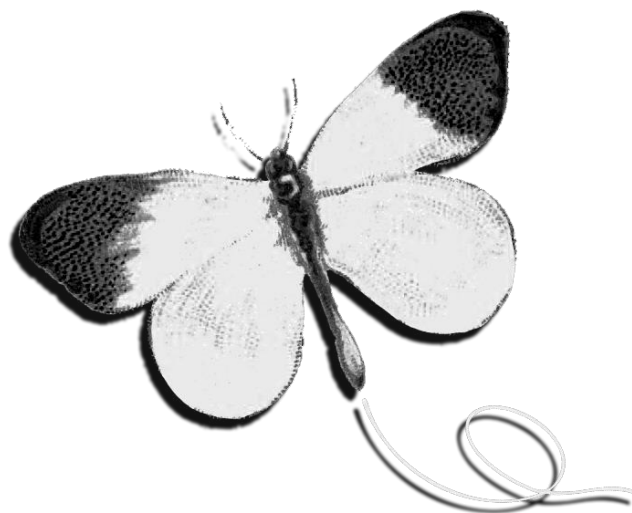
Conselho Executivo

Ailly de Oliveira Melo Cruz - UNEB
Alice Freitas de Deus - UNEB
Alice Santo Costa - UNEB

Ana Claudia Carneiro Mascarenhas - UNEB
Ana Luiza Queiroz Reis dos Santos - UNEB
Bianca Lourenço Gomes Alves - UNEB
Daiane Rodrigues Coelho Borges - UNEB
Elaine Grigorio Alves - UNEB
Elane Dantas Oliveira - UNEB
Fabiele dos Santos Ferreira - UNEB
Fernanda Anjos de Jesus Barbosa - UNEB
Gilmar de Souza Araújo - UNIASSELVI
Gleicymary santos da silva - UNEB
Ingrid dos Santos - UNEB
Jamile da Costa Souza - UNIVASF
Jocelma Rodrigues dos Santos - UNEB
Kelliane Rosario Santos - UNEB
Larissa Moutinho Dos Santos - UNEB
Laura dos Santos Falcão - UNEB
Leliane Hellen dos Reis Ferreira - UNEB
Letícia da Silva Neto - UNEB
Maria Zélia Lima Marinho - UNEB
Mariana Moreira dos Santos - UNEB
Marivalda Carneiro Ribeiro - UNEB
Micaela Beatriz Uzêda Brandão - UNEB
Moema Nery de Almeida - UNEB
Samanta Bispo Resende - UNEB
Samara Glória Santos Gonçalves - UNEB
Tainara Pinto dos Santos - UNEB
Vanessa Rodrigues Silva - UNEB

APRESENTAÇÃO

SEBSurdos - Congresso Internacional, Seminário de Educação Bilíngue para Surdos inaugurado em 2012.1 - é o Projeto de Extensão Universitária da Professora Sheila Santos-Maia vinculado à sua Dedicção Exclusiva (Portaria Nº 368/24 publicada no DOE em 27 de abril de 2024 - ANO CVIII - Nº 23.899), registrado no Sistema Eletrônico de Informações da Bahia, Processos: 074.6988.2022.0084201-II e 074.6988.2022.0062556-79. A Vice-coordenação do projeto é rotativa, em 2023, o SEBSurdos contou com o apoio do Professor Mestre Felipe de Oliveira Miguel. Temos por máxima contribuir com os movimentos sociopolíticos e educacionais das Pessoas Surdas, usuárias de línguas de sinais do Brasil. Nesta edição, apresentamos à sociedade uma versão híbrida do projeto, por meio de atividades remotas e presenciais. Assim, o **'III CONGRESSO INTERNACIONAL E VIII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: FORMAÇÃO DECOLONIAL PARA AS COMUNIDADES SURDAS'** trabalhou formação decolonial nas áreas de Artes e Literatura, Cultura e Identidades, Educação, Linguística, Tradução e Saúde com ênfase em bilinguismo e surdez. As atividades remotas contaram com oficinas decoloniais, entre os dias 02 a 25 de outubro de 2023, as atividades presenciais contaram com ciclo de diálogos decoloniais e apresentações culturais, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023. Estamos felizes, por agora em 2024, apresentarmos à sociedade nosso primeiro E-book: certamente as obras de cada um dos autores/pesquisadores tem muito a contribuir para a educação brasileira..



SEBSurdos 2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
SEÇÃO I – PRODUÇÕES DOS ORGANIZADORES	15
Projeto de extensão universitária sebsurdos: dados a partir de um estado psicossocial pós-pandemia de covid-19	16
	Sheila Santos- Maia Felipe de Oliveira Miguel Luiz Cláudio de Oliveira Antonio Anderson Gonçalves Fernandes Elane Dantas Oliveira Jocelma Rodrigues dos Santos Elaine Grigorio Alves Mariana Moreira dos Santos Edmilson Evangelista da Silva
Olhares Afetivos Para Uma Educação Efetiva	29
	Sheila Santos-Maia
O agente na estrutural argumental e na derivação: uma abordagem em semântica Lexical	41
	Braulino Pereira de Santana
Surdez, ideologia e efeitos de sentidos em vídeos do <i>youtube</i>	71
	Lidinéia Alves Cerqueira Barreiros

Gênero gramatical e o núcleo do sn	88
	Mário A. Perini <i>Tradução de Braulino Pereira de Santana</i>
A Resolução de problemas em situações-problema do campo conceitual aditivo por estudantes surdos do ensino médio	114
	Marcílio de Carvalho Vasconcelos Jurema Lindote Botelho Peixoto Larissa Pinca Sarro Gomes
Do patológico ao socioantropológico: intersecção entre bioética, pessoa intersexo e pessoa surda	128
	Sheila Santos-Maia
SEÇÃO II – IDENTIDADES, EDUCAÇÃO E DECOLONIALIDADES	151
A Ideologia da Elite Cafeeira em São Paulo (XIX-XX): Iconografia em sala de como prática de ensino de história para alunos surdos	152
	Andrea Sabryna da Silva
Fatores da inacessibilidade e permanência dos discentes surdos do Ensino Superior	165
	Vívian Caroline de Freitas Magalhães
Aula de História sobre a mudança da mão de obra escravizada indígena pela africana: uma experiência docente trabalhando temporalidade com alunos surdos	173
	Andrea Sabryna Da Silva
A descolonização na literatura surda: um olhar interpretativo sociológico e a linguagem literária em a lenda da mandioca	196
	Carmen Elisabete de Oliveira Taísa Aparecida Carvalho Sales
Modelos a seguir: os negros surdos e as posturas de superação, assumindo cultura, identidade e movimento social	217
	Priscilla Leonnor Alencar

Breve relato de experiência no componente curricular educação especial e inclusiva do dedc i/uneb: a importância da educação formal no desenvolvimento da pessoa surda **233**

Nathália Coloneze Conceição
Jaciete Barbosa dos Santos
Patrícia Nicolau Magris
Amanda da Silva Romeiro
Sheila Santos-Maia
Edmilson Evangelista da Silva

SEÇÃO III - LITERATURAS, EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADES **241**

Colonialidade e interseccionalidade: gênero, raça, classe e processo educacional **242**
Larissa da Silva Santos
Sheila Santos-Maia

Letramento visual para crianças surdas: possíveis métodos em uso **255**
Vivian Caroline de Freitas Magalhães

Literatura surda: representatividade para crianças surdas da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental **264**
Mayara Favretto Mariano da Silva
Eliane Fatima Mauli dos Santos
Mayara Kolonetz

Poesia em Língua Brasileira de Sinais: a representação sobre a surdez 1 e a construção estética em língua de sinais **281**
Elizabeth Ramos dos Santos
Rosecleide Ferreira Borges Rodrigues

Duvir o silêncio: o som que ecoa do texto literário **294**
Thaís Fernandes Amorim

SEÇÃO IV – AQUISIÇÃO DE LÍNGUA, MATERIAIS DIDÁTICOS E ACESSIBILIDADE 308

Especificidades da Língua Brasileira de Sinais: do conceito à aquisição Linguística 309
Gustavo Leão de Mello Carneiro

Aquisição/aprendizagem de Libras por crianças ouvintes filhas de pais ouvintes fluentes em Libras: relato de experiência 324
Vanessa de Almeida Moura e Santos
Wasley de Jesus Santos

Perspectivas dos fonoaudiólogos e acadêmicos de fonoaudiologia acerca da utilização da Língua Brasileira de Sinais Brasileira nos serviços de fonoaudiologia 341
Anderson Gonçalves Fernandes
Sheila Santos-Maia

Percepções e considerações sobre materiais didáticos na educação de surdos 355
Luiz Cláudio de Oliveira Antonio
Rosana Prado

Material didático bilíngue em geografia: o ensino dos biomas brasileiros para estudantes surdos 373
Joelson dos Santos Nunes
Erivaldo Marinho

SEÇÃO V - TRADUTORES-INTÉRPRETES DE LIBRAS, INTERSEMIÓTICA E EDUCAÇÃO 395

Formação continuada para TILSP educacional: investigação de expressões em Libras e português 396
Ana Paula Fiuza
Renata dos Santos Costa

Tradução intermodal e intersemiótica: do português para a Libras e do livro para o vídeo simultaneamente 414
Neiva de Aquino Albres
Elaine Aparecida de Oliveira da Silva
Carlos Magno Leonel Terrazas

Construção de sentidos e possíveis interlocutores em duetos Libras-Português 433
Neiva de Aquino Albres
Marilyn Mafra Klamt
Rachel Louise Sutton-Spence

A interseccionalidade cultural e musical do forró na tradução e interpretação do português para a Libras 454
Vânia Marta Machado Leite
Gabriela Mattos de Souza
Marcos André Neves de Souza

Impactos da ausência de intérpretes de Libras nas escolas regulares 471
Desirée De Vit Begrow
Eva Maria Leal Cezar
Hercília Kayla Santos de Carvalho
Katherine Ernesto Lopes

SEÇÃO VI – PUBLICAÇÕES ORIENTADAS 487

(Re)Pensando a concepção de materiais didáticos para a educação de surdos 488
Luiz Cláudio de Oliveira Antonio
Rosana Prado

Os impactos da romantização da maternidade na saúde psicológica das mulheres 501
Amanda dos Santos Almeida
Sheila Santos-Maia

Relatos de experiência de um processo educativo afetivo: criança com paralisia cerebral e o ambiente escolar, rupturas de preconceitos 536
Adriane Gomes da Silva
Sheila Santos-Maia

LISTA DE DESCRITORES 547

IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NAS ESCOLAS REGULARES

Desirée De Vit Begrow, desiree@ufba.br, UFBA

Eva Maria Leal Cezar, eva.maria@ufba.br, UFBA

Hercília Kayla Santos de Carvalho, herciliakayla@gmail.com, UFBA

Katherine Ernesto Lopes, katherine.elopes03@gmail.com, UFBA

Introdução

Um marco importante para a comunidade surda foi a Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão para a pessoa surda (Brasil, 2002). Além disso, a Lei 13.146, de 6 julho de 2015, dispõe sobre a inclusão social da Pessoa com Deficiência (PcD) e a garantia dos direitos fundamentais de equidade ao cidadão com deficiência em todo território brasileiro (Brasil, 2015). Essas duas leis são muito relevantes, a primeira por garantir identificação à Comunidade Surda pelo reconhecimento linguístico e, conseqüentemente, valorização da cultura do povo Surdo¹; e a segunda, por assegurar os direitos fundamentais, abrangendo a educação inclusiva “preferencialmente” nas escolas regulares (Santiago *et al.*, 2019).

As discussões que envolvem a educação da criança surda se constituem historicamente e, à medida que o tempo passa, se intensificam indicando ainda, sérios problemas de ordem

¹ Utilizaremos a palavra “Surdo/a” grafada com a primeira letra maiúscula quando referirmos o indivíduo que, mesmo tendo uma perda auditiva, não é caracterizado por sua deficiência, mas como pertencente a um grupo com cultura própria e direito a ser respeitado em sua diferença. O uso da mesma palavra com letras minúsculas, dizem respeito ao não ouvir do ponto de vista audiológico. Essa convenção foi estabelecida em Moura (2000, p. 72) a partir da proposta de Woodward em 1972.

didático-pedagógicos das instituições de ensino em que esse aluno é inserido. Em geral, os projetos políticos pedagógicos não demonstram adequações pensadas para o alunado surdo, trazendo apenas referências às “adaptações” para essa população, o que nem sempre significa oferta de ensino adequado às características específicas de aprendizagem da criança que não escuta. Essa não-adequação geralmente implica também, em professores despreparados usando as mesmas metodologias de ensino destinadas aos alunos ouvintes para os alunos surdos, o que acarreta sérias consequências. Verifica-se no contato com crianças surdas, que a oferta do ensino de Língua Portuguesa ainda é tomada considerando essa língua como nativa dos estudantes nas salas de aula. Esse fato, necessariamente repercute na reflexão quanto às diferenças de significância das línguas envolvidas no ensino, em vista ao compartilhamento de experiências auditivas e orais existentes nas comunidades de pessoas ouvintes, nas quais o surdo possa estar excluído (Prado, Macedo, 2016; Nunes, Bergamasco, Matta, 2008; Caporali, Dizeu, 2005; Lage, Begrow e Oliveira, 2020).

Em suma, a educação inclusiva baseia-se na inserção do aluno surdo em salas de aulas regulares, que para sua possível realização, deve contar com a presença do intérprete de Libras para mediação linguística entre o professor, o aluno surdo e os demais participantes da cena educacional. Entende-se que para que a criança surda esteja adequadamente incluída na escola, é necessário que tenha meios para o desenvolvimento linguístico e cultural do estudante, em língua de sinais (Schelp, 2009). Como resultado das condições equânimes de educação para as crianças surdas, é possível vislumbrar a médio e longo prazo, a real inclusão social e educacional da pessoa surda. Sendo necessário, para além de reserva de vagas para pessoas com deficiência, garantir suas reais possibilidades de participações cidadãs. Este ensaio teórico tem como objetivo, analisar e refletir sobre a situação educacional de alunos surdos no município de Salvador, nos anos de 2019 a 2023.

Dessa forma, entendemos a importância da mediação linguística para a criança surda. Pode-se perceber a relevância que os intérpretes de Libras têm para o aprendizado do aluno

surdo. E, quando este profissional não está na sala de aula, todos os dias, em todos os momentos, e mesmo que não seja atividade de ensino específico, haverá prejuízos para o aluno que é privado desse acompanhamento.

Metodologia

Este estudo trata-se de um ensaio teórico. Meneghetti (2011) afirma que num ensaio não se busca respostas, mas sim questionamentos que possam conduzir a reflexões mais amplas e profundas. Bense, no ano de 1947, definiu essa forma de construção científica como a representação da expressão crítica do espírito, pensando que aquele que critica deve, necessariamente, vivenciar e estabelecer circunstâncias nas quais um objeto se torne perceptível novamente e de maneira diferente de um autor.

Trazemos neste ensaio, a necessidade de reflexão sobre os danos causados pela ausência de intérpretes de Libras nas escolas do município de Salvador, o que deriva a pensar também, sobre a vulnerabilidade profissional pela contratação terceirizada. A possível falta de vínculo institucional, ocasionada pela terceirização, repercute diretamente nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes, seja pela carga horária de trabalho excessiva, seja pelas trocas constantes de profissionais, ou porquê estes não são suficientemente preparados para a ação educacional.

A realização do ensaio está sustentada em observações da realidade vivenciada no ano de 2019, quando se inicia a inserção formal de intérpretes de Libras nas escolas municipais da cidade de Salvador, no estado da Bahia. A situação vivenciada no primeiro semestre do ano de 2023, também expôs a fragilidade do sistema educacional inclusivo para alunos surdos.

Educação de Surdos: um panorama local

Entendendo a fragilidade da educação ofertada aos alunos surdos na cidade de Salvador, Begrow et al. (2019) desenvolveram um estudo nas escolas do município, visando conhecer a realidade educacional dessa população. O estudo foi suscitado a partir de relatos conduzidos por familiares atendidos no PAIS - Projeto para Acolhimento, Informação e Suporte a familiares de crianças surdas. Ao estarem descontentes e sentindo-se impotentes frente à “condição” educacional oferecida aos filhos, demandavam apoio no processo de enfrentamento das dificuldades na alfabetização em Língua Portuguesa (LP).

Ao longo da pesquisa feita pelos autores mencionados acima, foram realizadas visitas a 14 escolas municipais com relatos da presença de alunos surdos. O número de escolas com esse alunado foi obtido através da DIPE - Diretoria Pedagógica do Município de Salvador, desde o ano de 2018, com os nomes das escolas que atendiam ao perfil solicitado. A informação inicial totalizou 112 escolas e por meio de contato telefônico, 33 instituições confirmaram as matrículas de alunos surdos, que uma vez autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, foram então, visitadas. Durante a visita, identificaram um grupo de 19 alunos, embora fosse uma quantidade reduzida, eram crianças que frequentavam a instituição educacional e necessitavam de condições apropriadas para o seu pleno crescimento e processo de aprendizagem. É importante destacar que, durante as visitas realizadas em 2018, nas 14 escolas municipais, onde cada escola tinha em média de um a dois alunos surdos, não foram identificadas a presença de intérpretes de língua de sinais atuando como mediadores linguísticos entre os professores e os estudantes (Begrow *et al.*, 2019).

É válido salientar que a inclusão dos alunos surdos é um desafio não apenas para as instituições de ensino, mas também para os educadores e os próprios estudantes. É necessário garantir que todos tenham um aprendizado sólido, professores capacitados, materiais didáticos adequados e a presença do intérprete de Libras em sala de aula. Isso porque apenas colocar a pessoa surda em sala de aula, sem que se ofereça condições possíveis para aprender, não

representa a inclusão educacional. A inclusão abrange diversas questões que devem ser abordadas para que sua implementação não se limite somente à matrícula desses alunos na escola regular (Silva, 2011).

Segundo Veiga-Neto e Lopes (2007) as políticas de inclusão no Brasil, do jeito que estão sendo formuladas e implementadas, reduzindo o sujeito à deficiência, parecem não levar em conta a diversidade. Elas promovem a inclusão das pessoas com deficiência, mas as tratam como "estranhas" colocando em evidência suas particularidades em relação aos demais, que são considerados "normais". Dessa forma, em vez de alcançar o objetivo de proporcionar educação para todos, essas políticas podem, na verdade, contribuir para uma inclusão que acaba excluindo.

Essa perspectiva pode, no caso da criança surda por exemplo, em muitas situações, limitar o seu processo de desenvolvimento. É importante que se considere que ao enfatizar as questões auditivas pelo viés do *déficit* sensorial, em detrimento da singularidade linguística, as questões da língua ficam fora da evidência necessária, tornando-se um obstáculo relacionado à concepção da surdez a partir da deficiência (Gesser, 2009).

Deve-se, portanto, respeitar a diversidade, oferecendo acesso e permanência equitativas com oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, sem que o aluno surdo ocupe a posição de anormalidade, que enfatiza apenas o que foge à "norma padrão".

A concepção da surdez torna-se um fator relevante para o processo de inclusão, uma vez que grande parte dos profissionais na educação, mantém ainda a visão da surdez como deficiência, o que vem a ser ratificado por laudos médicos incidindo, de forma expressiva, na medicalização do aluno surdo. Para Begrow *et al.* (2020) "toma-se por medicalização da surdez o fato de tratar o ser surdo como patológico, e portanto, uma condição que necessita de cura, de correção". Esta visão de medicalização faz com que se destine um olhar a partir do paradigma educacional oralista, na qual se encara a surdez como algo a ser corrigido e o aluno

precisa se adequar ao ambiente majoritariamente ouvinte. Reforça-se então, que ainda há uma visão restrita da surdez, apenas em seu aspecto fisiológico. O que resulta na exigência de que o aluno se adapte à escola, em vez da escola se adaptar às necessidades do aluno surdo.

Ademais, a ausência dos intérpretes de Libras e a presença de professores com pouco ou nenhum contato com a língua de sinais, dificulta o processo de aprendizagem dos alunos surdos. Esse fato tem implicação em que o conteúdo didático acaba não sendo oferecido de forma acessível, do ponto de vista educacional e linguístico. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo Ensino Fundamental, a realização de concurso público buscando intérpretes de Libras qualificados para a atuação em sala de aula, assim como para professores com competência bilíngue (Libras/Português) e formação didática para atuar com o aluno surdo.

Um grupo de mães de crianças surdas atendidas no sistema educacional do município, conseguiu a presença de intérpretes em sala de aula, após pressão no Ministério Público. As ações promovidas nesta instância, visavam a busca por melhorias na comunicação entre o professor ouvinte e o filho surdo, além de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. A partir desta mobilização, a secretaria de educação do município, em 25 de abril de 2019, contrata intérpretes de Libras para as escolas municipais. É relevante salientar que essa iniciativa foi importante, mas ainda não era suficiente para assegurar que as crianças e jovens surdos e surdas tivessem uma aprendizagem efetiva. Faz-se necessário, além da presença do intérprete de Libras em sala de aula, rever os materiais ofertados, para que se tornem pedagogicamente acessíveis. E, capacitar os professores para atender as particularidades do aluno surdo, desse modo teremos chances de construir a inclusão e condições mais justas de aprendizagem.

A contratação de intérpretes para atuar em sala de aula visa garantir a permanência dos alunos surdos na unidade de ensino, evitando o abandono dos estudos, contudo, o número de profissionais intérpretes presentes nas escolas ainda é insuficiente à demanda local. Se faz

importante esclarecer que o intérprete é fundamental para a mediação linguística e não deve ser confundido com o professor do aluno surdo. Para que as atividades escolares fluam de maneira adequada e as relações funcionem bem, é crucial que as funções entre o professor e intérprete e os espaços sejam claramente definidas e delimitadas. O papel do intérprete não deve interferir na ação do professor, corrigir seus erros ou responder a perguntas dos alunos sobre as atividades, a não ser quando for solicitado pelo professor (Quadros, 2007).

A principal responsabilidade do intérprete é transmitir fielmente as informações dos docentes, dos discentes e de toda a unidade escolar, agindo de maneira imparcial. Portanto, não é tarefa deste profissional elaborar atividades ou adaptações para os alunos surdos, como muitos educadores, orientadores pedagógicos e diretores erroneamente esperam e exigem (Alves e Gomes, 2020). Ressalta-se, contudo, segundo Lacerda et al. (2011, p. 5), que “o objetivo principal [da presença do intérprete] não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser contemplado por um processo de ensino e aprendizagem especificamente elaborado e pensado [para o aluno surdo], e, conseqüentemente, eficiente”.

No ano de 2019, ocorreu a inserção dos intérpretes de Libras em algumas escolas municipais de Salvador. Em 2020, tivemos o início do período da pandemia por Covid-19, que ocasionou mudanças significativas na vida de toda população, principalmente relacionadas ao ambiente escolar. Essa questão se tornou mais desafiadora com o isolamento social, a transição para aulas virtuais e o uso de máscaras, que dificultaram a leitura labial, e a interpretação e a compreensão de expressões faciais. Durante este período mencionado, foram adotadas pelas escolas, aulas por meio das plataformas virtuais, e os alunos surdos esbarraram em mais dificuldades quanto à acessibilidade linguística. Além disso, todos enfrentaram problemas, tais como dificuldades de acesso às tecnologias, desde ausência de equipamentos, e até escassez de internet eficiente. Quando o equipamento ou a internet não são de boa qualidade, a imagem e a articulação da fala dos participantes, muitas vezes pode não ser

nítida, o que é um complicador para surdos oralizados e até mesmo para os que sinalizam. Ainda, em sua grande maioria, as aulas na cidade de Salvador foram ofertadas via televisão, mas sem a necessária acessibilidade linguística. Fatores estes que implicaram em impacto na educação desse alunado de forma mais acentuada que aos demais.

Na busca por adaptação a esse novo cenário, é essencial considerar as características específicas das línguas presentes na escola, como o elemento central do processo de ensino. No entanto, é comum encontrarmos discussões que enxergam a Libras como o problema da educação, colocando a responsabilidade no aluno para superar as barreiras linguísticas, sugerindo que se aproxime o máximo possível da realidade dos ouvintes. Ou seja, transferem a responsabilidade das instituições de ensino para a criança surda, que deve adequar-se à língua da maioria e aos processos didático-pedagógicos pensados para os demais alunos (Alves e Gomes, 2020). De acordo com Alves e Gomes (2020, p.332) “talvez, um dos maiores desafios da educação seja não transformar a diferença em uma porta de desigualdades”. Desigualdades estas, muitas vezes exacerbadas, por não existir o cuidado necessário com aluno surdo.

No presente ano de 2023, mais uma vez, as famílias são levadas a mobilizar-se em face ao que houve com o vencimento do contrato da prefeitura municipal com a empresa terceirizada, responsável pela oferta do serviço de intérpretes nas salas de aula das escolas de Salvador. Este fato ratifica, entre outros aspectos, a fragilidade do contrato de trabalho que se reflete diretamente na ausência dos mediadores linguísticos nas salas de aulas. A mobilização familiar foi, novamente, de suma importância, pois acionaram outra vez o Ministério Público e reverberaram as notícias na mídia local e nacional. As denúncias na mídia emergiram, outra vez, a partir da influência gerada pela organização de uma campanha pensada por familiares dos alunos da rede municipal de educação.

Nesse cenário, é possível inferir que a gestão pública peca ao negligenciar sua responsabilidade, quando não assume corretamente a inclusão de crianças surdas nas escolas regulares. Sendo possível observar que a pauta reivindicada pela comunidade surda é

preterida, como ocorre a transferência de funções, ficando a encargo do cidadão o papel de vigiar e denunciar para que algo se efetive na prática. O que é de direito do aluno surdo é colocado em segundo plano, como se o processo de inclusão educacional se completasse apenas pela presença desta criança na sala de aula. Ou ainda, podemos refletir se o pensamento vigente diz respeito a que, por tratar-se de crianças com deficiência, são consideradas pelo poder público como de menor valor. Não importando se estão diariamente no ambiente educacional sem participação alguma, uma vez que não escutam o ensino do professor e este, por sua vez, não ensina de forma acessível ao aluno surdo.

Verifica-se que inúmeras são as situações que ocorrem enquanto esse período de mobilização é instaurado. O tempo transcorreu e as crianças se mantiveram desassistidas. O tempo é implacável, e mesmo que tenham decorrido alguns dias com assistência de intérprete de Libras, houve perdas. As crianças ficaram sem exercer o direito de estudar, essa privação favorece a ampliação das desigualdades já vivenciadas por esses alunos. Quando nos referimos às crianças surdas, é relevante pensar também na influência das relações linguísticas e afetivas que estão em constante construção no decurso desta fase. Para tal, a comunicação é fator basilar na consolidação dessas relações, dito isso, é essencial, que haja preocupação em manter um ambiente linguístico rico evitando um isolamento comunicativo pela falta de interlocutores eficientes na LS (Língua de Sinais) e pela falta de atividades e entretenimento acessível para a criança (Moura, Begrow e Chaves, 2020).

Ademais, por não terem seus direitos assegurados nas escolas, outra repercussão se dará através do provável efeito que recairá sobre a rotina laboral de seus cuidadores, os quais terão que se reajustar a fim de não deixar que essas crianças fiquem desassistidas durante o período em que deveriam estar dentro do ambiente escolar. Este fato explicita a realidade vivida por muitas famílias, devido à falta de rede de apoio. Dentro desse contexto, como consequência, a renda dessas famílias poderá ser também afetada.

Pensando a longo prazo, podemos conjecturar consequências que recaem no despreparo desses jovens para o futuro, no tocante à inserção dentro do mercado de trabalho, visto que essas barreiras se estendem e repercutem futuramente, na situação ocupacional de quem hoje é criança. Cabe destacar que grande parte desse grupo, já é levado ao desemprego ou subemprego, em razão da dificuldade de acesso e permanência em empregos formais. Por exemplo, onde não conseguem obter pleno desenvolvimento de suas habilidades, em razão das concepções sociais de deficiência ainda presentes em nossa sociedade, faltam oportunidades por conta do estigma que recai sobre eles.

Fatores como a falta de acessibilidade e de ferramentas de comunicação, que permitam que a pessoa surda exerça suas atividades com autonomia e possa se comunicar plenamente com seus colegas ouvintes, também tem grande influência no que diz respeito à permanência dentro do mercado de trabalho. Ainda que pela lei a comunicação em Libras seja garantida como direito do funcionário surdo, de acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), muitas empresas deixam a desejar na implementação das políticas inclusivas e linguísticas de forma efetiva. Retomando a questão do encadeamento de prejuízos gerados pela falta de assistência governamental, temos como desfecho o provável ônus ao próprio estado.

Neste sentido, se reforça a necessidade de cumprir com a equidade na educação dos alunos surdos, o que gerará impactos a curto, médio e longo prazo. Pois, é evidente que a ausência do intérprete em sala de aula, além de comprometer a comunicação e o aprendizado adequado, também pode afetar a autoestima e a confiança das crianças surdas, fazendo-as duvidar de suas habilidades e do seu potencial acadêmico (Quadros, 2007).

Conclusão

Diante do panorama aqui discutido, no ano de 2019, e das relações feitas com o já relatado na situação educacional dos alunos surdos. É possível inferir o grande impacto

causado pela suspensão do contrato dos intérpretes de Libras pela Prefeitura Municipal de Salvador, não só para as crianças surdas, mas também para seus familiares e sociedade em geral. É necessário que este profissional faça parte do quadro de servidores do município, o que, então, pode garantir assistência efetiva e constante aos alunos surdos do Ensino Fundamental. Isto porque, há a opção pelo sistema de educação inclusiva para o aluno surdo, em lugar de uma educação bilíngue, sendo esta última o que seria mais adequado para suas características linguísticas e modos de aprender.

Lacerda e Góes (2002) e Quadros (2003) observam que a função basilar do intérprete de Libras educacional é intermediar as relações estabelecidas entre o aluno surdo e os demais sujeitos presentes nesse contexto. Na ausência do suporte necessário dado pelo intérprete, a criança fica alheia ao processo de aprendizagem bem como à dinâmica do ambiente escolar, visto que nem todos os atores do espaço educacional se disponibilizam e nem sempre recebem capacitação para serem fluentes na Língua Brasileira de Sinais. Neste cenário, um sentimento de apreensão é experienciado não só pelo estudante, mas também por seus educadores e cuidadores, que vivenciam de forma conjunta a retirada dos direitos dos seus filhos e temem as repercussões na vida das crianças.

O reconhecimento da Libras como língua do Surdo e a consequente participação do intérprete de Libras como mediador linguístico, se tornou um marco para o processo educacional no Brasil, principalmente no que diz respeito ao direito à inclusão educacional e social. No entanto, é necessário que tenhamos entendimento sobre o real significado da palavra inclusão, pois não significa, em primeira instância, apenas estar na sala de aula regular para a convivência com os demais. Ademais, incluir implica na utilização de práticas de ensino direcionadas às especificidades de cada aluno, entendendo suas singularidades e não de forma homogênea. Nem tomando o todo, grupo majoritário, como referência e parâmetro, mas sim fornecendo ferramentas que possam, através da equidade, fomentar processo de ensino e aprendizado.

Embora exista a previsão legal que garanta a entrada e a permanência da criança surda na escola regular, ainda há um longo caminho no tocante à luta pela aprendizagem qualificada. E, conseqüentemente, na garantia de que a pessoa surda tenha condições necessárias para exercer seu direito de inclusão social e colha os benefícios da formação de um Estado Social Democrático. Tendo isso em vista, apesar da complexidade envolvida no processo, são necessárias ações para a promoção de uma educação efetivamente inclusiva, que possibilitará a perspectiva de um presente e futuro de qualidade para as crianças surdas e suas famílias.

Desta forma, salienta-se a necessidade de instrumentalização dos ambientes escolares, para que esses recursos possam somar no processo de educação dos estudantes. Além da necessária capacitação dos professores, para que tenham a possibilidade de se comunicar diretamente com as crianças, buscando compreender suas necessidades. E, principalmente a contratação, por meio de concursos públicos, para garantir a permanência do intérprete de língua de sinais na sala de aula.

É imprescindível dar continuidade à luta pela garantia de uma educação de qualidade, cabendo à comunidade escolar, em conjunto com o Estado, núcleo familiar e sociedade civil, participar desse processo para assegurar o ensino qualificado presente na legislação e posto como um direito universal.

Referências

ALVES, Jessika Figueredo; GOMES, Jacqueline de Souza. EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: linguagem, pensamento e relações de poder. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S.L.], v. 6, p. 306-319, 23 out. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/riae.2020.51903>.

BEGROW, Desirée de Vit; ALMEIDA, Emylle Barbosa Bomfim de; RIBEIRO, Luana Pinho. INCLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR: O QUE VIMOS. **Cintedes- Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar**. 2019.

BEGROW, Desirée de Vit; ALMEIDA, Emylle Bomfim Barbosa de; PEREIRA., Manuela Moreira da Silva. **ACOLHER E INFORMAR: AÇÕES PARA DESCONSTRUIR A LÓGICA DA MEDICALIZAÇÃO DA SURDEZ. Anais do V Seminário Internacional A Educação Medicalizada: “Existirmos, A Que Será Que Se Destina?”**, ago. 2020.

BENSE, M. Über den Essay und seine Prosa. März 1947, I. Jahrgang, Heft 3, p. 414-424.

BRASIL, 2000. **Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília.

Intérpretes de Libras garantem inclusão nas escolas municipais, 25 de abril de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 19 maio de 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 19 maio de 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 de maio de 2023.

CAPORALI, S, A; DIZEU, L, C, T de B. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ.Soc.**[internet] 17 de outubro de 2005;26(91): 583-597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xskJ9rNyNk/abstract/?lang=pt>

FERREIRA, Wendel Menezes; NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do; PITANGA, Ângelo Francklin. Dez anos da lei da libras: um conspecto dos estudos publicados nos últimos 10 anos nos anais das Reuniões da Sociedade Brasileira de Química. **Química Nova na escola**, v. 36, n. 3, p. 185-193, 2014.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceito em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. (Org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. P. 120-128.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: Coleção UAB – UFSCar. **Língua de Sinais Brasileira: uma introdução**. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da UFSCar, 2011.

LAGE, A. L da S; BEGROW, D. D. V; OLIVEIRA, E. C de. Método fônico e medicalização: pela heterogeneidade dos surdos e da educação. **Movimento-Revista de Educação** [Internet]. 23 de dezembro de 2020; 7(15). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42941>

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552011000200010>

MOURA, M. C; BEGROW, D. D.V; CHAVES, A. Língua de sinais e fonoaudiologia bilíngue na atuação com o surdo em tempos de COVID-19. In: Azoni CAS, Lira JO, editores. **Estratégias e orientação em linguagem: um guia em tempos de COVID-19** [Internet]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. p. 70-8. Disponível em: <https://lp.sbfa.org.br/guia/> » <https://lp.sbfa.org.br/guia/>

NUNES, L. M.; BERGAMASCO, R. C. S.; MATTA, S. S. A aquisição da escrita e a inclusão do surdo: A subjetividade que se inscreve. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 30, n. 2, p. 277-299, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/518/521>. Acesso em: 19 maio de 2023.

PRADO, R.; MACEDO, J. L. M. F. Aquisição de línguas por crianças surdas: a importância do letramento visual. **Aleph** (UFF. Online), v. 26, p. 140 -154, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39155/22592>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Secretaria de Educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

ROSA, A. S. **A (im)possibilidade da fidelidade na interpretação da língua brasileira de sinais**. Campinas: Educação Temática Digital. Jun., 2006. V. 7, n. 2, p. 123-135.

SALES, E. **Pais de alunos surdos fazem campanha devido à falta de intérpretes de libras em escolas de Salvador**. Por Bnews [online]. 08 maio de 2023. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/salvador/pais-de-alunos-surdos-fazem-campanha-devido-falta-de-interpretetes-de-libras-em-escolas-de-salvador-secretaria-se-pronuncia.html>. Acesso em: 25 maio, 2023.

SANTIAGO, L. M. et al. Surdez e família: a comunicação entre surdo e ouvinte no contexto familiar. In: **ENCONTRO DE PESQUISADORES DE LINGUAS DE SINAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA**, 2., 2019, Amargosa. Anais [...]. Amargosa: UFRB, 2019. p. 1- 12. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/eventos/iieplis/wpcontent/uploads/sites/38/2020/03/II-SURDEZ-E-FAM%C3%8DIA.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

SCHELP, P. P. Letramento e alunos surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva. In: Congresso Nacional de Educação - **EDUCERE IX**, 2009, PUC/Pr. Anais. Curitiba: 2009.p. 3036-3047. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13359267-Letramento-e-alunos-surdos-praticas-pedagogicas-em-escola-inclusiva.html>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

SILVA, A. F. (2011). *Inclusão escolar*: desafios e perspectivas de implementação do Projeto Político Pedagógico na escola. (Monografia de Graduação). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília.

SILVA, K. S. X.; OLIVEIRA, I. M. DE. O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc., Campinas**, [s.], v. 28, n. 100- Especial, p. 947-963, out. 2007.